

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Lasso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Oyzdio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin — SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Marciano Baraniuk — Igo Lasso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cardo de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lasso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotio-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 132.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 19 de Agosto de 1974 - (Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima e Secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomet e Borsari Neto.

As 14.00 horas é registrada a presença dos Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Eron dy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacil — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (36); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Arizone Araújo — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — João Fadel — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Veto governamental.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 36 Srs. Deputados.
Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 131-74, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 181-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que assegura aos Funcionários Públicos do Estado que tenham sido combatentes na segunda guerra mundial, como integrantes da Marinha de Guerra, Marinha Mercante, Aeronáutica ou Exército, ao se aposentarem, os benefícios que especificam. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira, às 14.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 137-74.
Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 133.ª Sessão Ordinária
Realizada em 19 de Agosto de 1974 - (Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomet e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Eron dy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Arizone Araújo — Fuad Nacil — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — João Fadel — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 287-74, do Senhor Rolando Demetrio Marussi, Prefeito Municipal de Capanema, encaminhando a esta Casa, relatório das atividades daquele Executivo Municipal no período de 09 de agosto de 1973 a 09 de agosto do ano em curso. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Rau' Mizael, Presidente da Câmara Municipal de Joaquim Távora, comunicando que, após tomar conhecimento da tramitação nesta Casa de Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a atualização de níveis dos Serventuários da Justiça, solicita em nome dos mesmos, que esta Assembléia defenda o referido anteprojeto, a fim de que os nobres Pares deste Poder, empenhem-se para a votação favorável e aprovação do mesmo. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Domingos Bernardino Centenaro, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Diretoria do Lions Clube de Patotina. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 178-74 do Senhor Professor Dino Zambenedetti, Presidente da Associação dos Professores licenciados do Paraná, de Londrina, encaminhando cópia da Nota que aquela Associação distribui a imprensa e que retrata fielmente a triste e desoladora situação de mais de 10.000 (dez mil) professores suplementaristas no Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 90-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão, voto de profundo pesar pelo contristar o passado da ilustre figura da Justiça paranaense, Doutor Paulo Ovidio dos Santos Carrilho, o qual vinha desempenhando, com invulgar brilho e consagrada correção, as elevadas funções de Promotor de Justiça de nossa Capital, cercado do respeito e admiração gerais, merecendo suas virtudes pessoais e reconhecida capacidade profissional.

Trata-se, em verdade, de uma sensível lacuna nos quadros de nossa Promotoria Pública, eis que o desaparecido grangeara, no curso de suas proficuas e recomendáveis atividades, o respeito e a simpatia dos que tiveram a ventura de desfrutar de seu convívio leal e amigo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa ofereça-se conhecimento à ilustre família enlutada, afirmando do unânime sentimento que se apossou dos Senhores Parlamentares que bem avaliam a lamentável perda, tão grandes e valiosos serviços ilustram e engrandecem a passagem do Doutor Paulo Ovidio dos Santos Carrilho pelos caminhos da Lei que sempre soube dignificar por seu caráter retilíneo e acendrado amor ao cumprimento dos diversos misteres que lhe foram confiados por nossa Justiça.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1974.

(a) — Santos Lima

Requerimento

Senhor Presidente.

Na presença das autoridades constituídas da Comarca de Arapongas, realizou-se, em meados do mês de julho próximo passado, no Plenário da Câmara dos Vereadores, a Sessão Solene de encerramento do Concurso "Operário Padrão-74", o qual objetivou a valorização do trabalhador daquela cidade, mola propulsora de seu desenvolvimento.

Naquela oportunidade foram proclamados vencedores em 1.º lugar, como "Operário Padrão-74", o Sr. Idemar José Nunes, que trabalha há 17 anos na Refinadora Pereira; em 2.º lugar, o Sr. Sérgio Tonsig, mecânico vinculado à Oficina Jato, onde tem virtudes de líder e trabalha há mais de 10 anos; em 3.º lugar, o Sr. João Evangelista de Paiva Ribeiro, empregado há 21 anos do Hospital Nossa Senhora de Lourdes; em 4.º lugar, a Sra. Maria Bela Molina, funcionária de Dias Martins S/A. — Mercantil e Industrial; e, finalmente, em 5.º lugar, o Sr. Jacinto Ide, balconista há 7 anos da Casa Nipon, Cr\$ 1.000,00. Cr\$ 700,00 e Cr\$ 500,00, respectivamente, além de ter o Sr. Idemar José Nunes participado do Concurso "Operário Padrão", nesta Capital.

Em face do exposto o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma em que dispõe o Regimento Interno, requer, após ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um VOTO DE APLAUSO aos vencedores do referido concurso e aos respectivos empregadores, bem como aos responsáveis pela sua realização, Senhor Waldyr Pugliese, Digno Prefeito Municipal de Arapongas; à Câmara de Vereadores e ao jornalista Dionysio Neto, Diretor da conceituada "Revista da Cidade" que se edita naquela cidade, responsável pela divulgação e coordenação do concurso já mencionado.

REQUER-SE, finalmente, que da manifestação desta Assembléia, se favoreável, seja dado conhecimento do presente às pessoas e entidades nominadas, através dos expedientes próprios.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1974.

(a) — Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja endereçada ao eminente Governador do Estado, Engenheiro Emílio Gomes, respeitosa sugestão no sentido de que seja instituída e imediatamente instalada uma Comissão de Alto Nível, a fim de cumprir específico estudo sobre real conveniência de proceder-se a transferência da Capital do Estado para a cidade de Campo Mourão, tese apaixonadamente defendida pelos que conviram do pleno acerto da iniciativa, eis que ela saberá conciliar, se adotada toda sorte de elevados interesses de ordem social, política e econômico-financeira.

Em verdade, Campo Mourão forma ponto-chave de uma região que espelha uma senda admirável de progresso, merecendo sua privilegiada topografia, ponderável afluxo populacional, vertiginoso crescimento de natureza econômica como decorrência de suas potencialidades agrícolas, com reflexos financeiros consideráveis e animadores. Ademais, será a medida preconizada uma exitosa repetição da visão do poder público federal ao transferir a Capital da República para Brasília, impondo não só o desafogo da máquina administrativa como vislumbrando, com méritos incontestes, a interiorização de forças realizadoras e, como tal, progressistas, encontrando o trabalho desenvolvimento tranquilo e condizente com os reclamos gerais.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1974.

(a) — Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas e na forma em que dispõe o Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, seja formulado um apelo ao Poder Judiciário para que, quando da elaboração da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias, seja criado o Distrito Judiciário de São Pedro, com as divisões do atual Distrito Administrativo do mesmo nome, do Município de Toledo.

A criação do referido Distrito Judiciário de São Pedro constitui velha e justa reivindicação da população local, atualmente estimada em mais de dez mil (10.000) habitantes, dos quais três mil (3.000) são eleitores, formando, por via de consequência, ponderável colégio eleitoral.

A par disso, o atual Distrito Administrativo de São Pedro, localizado em terras altamente produtivas e com exuberantes safras, possui, já, razoável rede de ensino primário e um ginásio estadual, além de ativo e próspero comércio,

circunstâncias que por si só justificam a criação do Distrito Judiciário ora pretendida.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1974.

(a) — Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de trechos de sentença que abaixo vão citados, de autoria do MM. Dr. Juiz de Direito Sérgio Angelo Francisco Mattioli, acolhendo pedido de "habeas corpus", impetrado pela Editora "O Estado do Paraná" em defesa da liberdade de imprensa:

"A atividade da imprensa, mais do que uma mera função, é uma missão da maior relevância social, no sentido de informar e bem formar a opinião pública do País. É missão, altamente civilizadora, de tal importância a se poder afirmar que onde não existe imprensa livre não há homens livres, não há democracia, não há civilização, não há horizontes, não há nada... apenas o caos".

"Todo e qualquer ato impediante, sem justa, do exercício desse mister (exercício da profissão) configura a impedência do livre exercício da profissão revelando-se ilegal e tipificando o crime de atentado contra a liberdade do trabalho, previsto no art. 197, inciso I do Código Penal, no Título IV, dos Crimes contra a Organização do Trabalho. Além do mais, na conformidade do mandamento constitucional, todo e qualquer cidadão tem direito a livre acesso a repartições públicas e a autos e papéis, podendo requerer certidões, salvante as dependências e aos autos e papéis, com caráter de segredo de justiça ou relativa a segurança nacional".

"Com mais direito deve a imprensa ter acesso às repartições públicas aos autos e papéis, por ter a suma e relevante responsabilidade de, escorreitamente, informar.

"Os pacientes afirmam e o Delegado nega. É a palavra dos jornalistas contra a autoridade coatora. Houvesse prova documental do ato impediante, nos autos, seria o caso de habeas corpus remediativo e não de habeas corpus preventivo, além de responsabilidade penal de autoridade coatora, a ser desde já ordenada por este Juízo a sua promoção. Todavia, fatos precedentes, públicos e notórios, ocorreram em dias passados, quando um jornalista da Editora "O Estado do Paraná" teria sido agredido por um agente de polícia da Delegacia de Trânsito, no interior daquela Especializada, gerando-se daí um clima de tensão, motivador, talvez, dos fatos aludidos nestes autos".

A situação impõe neste passo, a adoção de medidas cautelares, por parte do Judiciário, no sentido de resguardar a indefectível liberdade de imprensa. A intocável liberdade pessoal dos pacientes e o irrecusável direito de livre exercício profissional, incontestavelmente, em estado de iminente periclitamento.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Doutor Sérgio Angelo Francisco Mattioli e ao Doutor Paulo Pimentel, Diretor Presidente da Editora "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1974.

(a) — Maurício Fruct

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente, e não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 15-74, que visa doar à Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Rio Negro, o imóvel denominado "Hospital Bom Jesus de Rio Negro", de propriedade do Estado e das outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 3-74, de autoria do Dep. Fuad Nacif, que autoriza o Poder Executivo doar ao Ginásio "Nossa Senhora das Graças" da cidade de Camborá, uma caminhonete-Chevrolet ano 1964, de propriedade que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 251-73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver atividades de Defesa Sanitária no Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 27 de setembro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver as atividades de defesa sanitária no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

A PROPOSIÇÃO N.º 251-73

1 — A proposição ora em exame, constitui-se da mensagem Governamental n.º 93-73, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 27 de setembro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver as atividades de defesa sanitária vegetal no Estado.

2 — Com a iniciativa de propor a medida antes referida, está o Senhor Chefe do Poder Executivo, exercitando competência que lhe é deferida pela Cons-

tituição Estadual — art. 47, inciso IX — e por força do art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a esta Casa referendar o aludido Convênio, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1973.

Antônio Costa — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76-73

AUTOR: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

A matéria é de ordem meramente autorizatória, não apresenta nenhuma implicação de ordem financeira tendo em vista tratar-se da celebração de Convênios exclusivamente afeto ao Governo do Estado.

Razão pela qual somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76-73

AUTOR: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

O presente plano de lei oriundo da Mensagem Governamental objetiva o desenvolvimento das atividades da Defesa Sanitária Vegetal do Estado.

Celebrar convênio conforme o que dispõe o artigo 47, item IX da Constituição do Estado, é competência do Senhor Governador, assim sendo esta Comissão nada tem a opor e somente louvar a proposição em tela que visa a defesa sanitária de nossos vegetais.

Pelo exposto nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

MENSAGEM

93-73

Curitiba, 17 de outubro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais a inclusa cópia de Termo de Convênio celebrado em 27 de setembro de 1973 entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver as atividades de defesa sanitária vegetal no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está exressso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES

Governador do Estado

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA

Termo de Convênio que entre si celebram a União Federal e o Estado do Paraná, visando desenvolver as atividades de Defesa Sanitária Vegetal naquela Unidade da Federação.

Ans 27 dias do mês de Setembro do ano de 1973 na sede da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, compareceram como partes convenientes o Ministério da Agricultura, doravante denominado simplesmente "MINISTÉRIO" representado pelo DR. JOÃO PALMA MOREIRA, Diretor Estadual nos termos da Portaria Ministerial n.º 310 de 4 de setembro de 1973 publicada no "Diário Oficial da União", de 12 de setembro de 1973 e o Estado do Paraná, representado pelo Sr. Secretário da Agricultura, DR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS JÚNIOR devidamente autorizado pelo Chefe do Executivo, consoante despacho em protocolado n.º 12.357 de 23 de maio de 1973, daqui por diante denominada simplesmente "SECRETARIA", para o fim especial de celebrarem o Termo de Convênio, visando desenvolver as atividades de Defesa Sanitária Vegetal em toda área geográfica daquele Estado, cujos objetivos e fundamentos estão referidos nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objetivo

Objetiva o presente Termo de Convênio desenvolver um programa de Defesa Sanitária Vegetal em toda área geográfica do Estado do Paraná, inicialmente constituído de cinco projetos Técnico-Econômicos abaixo relacionados, que passam a fazer parte integrante deste Convênio:

- 1 — Erradicação do Cancro Cítrico;
- 2 — Erradicação e Controle das Doenças e Fragas das Plantas;
- 3 — Fiscalização da Produção e do Comércio de Defensivos Agrícolas;
- 4 — Fiscalização da Produção, Comércio e Trânsito de Vegetais e Partes de Vegetais; e
- 5 — Apoio Técnico ao Programa.

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Legislação Pertinente

O presente Convênio é celebrado com fulcro na seguinte legislação:

- a — Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1967, artigo 13 § 3.º;
- b — Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, artigo 10, § 1.º, Letra "b"; artigos 11, 12 Parágrafo único;
- c — Decretos-Leis n.ºs. 687, de 02-07-69 e 1.072 de 30-12-69; e
- d — Decreto n.º 24.114, de 14-04-34 — Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A execução deste Convênio caberá a "SECRETARIA", em toda a área geográfica do Estado, inicialmente constituído dos cinco projetos referidos na cláusula primeira, sob a permanente coordenação e controle do "MINISTÉRIO", através de sua Diretoria no Estado do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA — Das Obrigações Financeiras

Para o fiel cumprimento das obrigações financeiras, no tocante às despesas com a execução do Programa de Defesa Sanitária Vegetal, objeto do presente Convênio, as partes contribuirão na forma abaixo:

- 1 — O Estado na importância total de Cr\$ 5.036.465,00 (Cinco milhões, trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco cruzeiros), proveniente do Orçamento Estadual, sendo consignado Cr\$ 4.348.760,00 (Quatro milhões, trezentos e quarenta e oito mil e setecentos e sessenta cruzeiros), da Secretaria da Agricultura, Unidade Executiva 4.109, Departamento de Extensão e Fomento, Categoria Econômica 3.140 — Encargos Diversos e 3.140.17 — Acordos e Convênios:
 - a — 1.º ano — Cr\$ 1.400.000,00
 - b — 2.º ano — Cr\$ 2.948.760,00 e Cr\$ 635.705,00 (Seiscentos e trinta e cinco mil e setecentos e cinco cruzeiros), a Secretaria da Agricultura, Unidade Executiva Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas — 3.140 — Encargos Diversos e 3.140.17 — Acordos e Convênios, e Cr\$ 52.000,00 do Fundo de Produção e Pesquisas do mesmo Instituto;
 - a — 1.º ano — Cr\$ 52.000,00
 - b — 2.º ano — Cr\$ 635.705,00
- 2 — O MINISTÉRIO na importância total de Cr\$ 846.000,00 (Oitocentos e quarenta e seis mil cruzeiros), proveniente do Orçamento da União, consignada ao Ministério da Agricultura, Projeto Combate ao Câncer Cítrico, código 13.29.02.07.1015, da DEMA Paraná:
 - a — 1.º ano — Cr\$ 100.000,00
 - b — 2.º ano — Cr\$ 746.000,00

SUB-CLAUSULA PRIMEIRA — A contribuição da União destina-se única e exclusivamente ao Projeto de Erradicação do Câncer Cítrico, não podendo em consequência ser aplicado nos demais quatro projetos que fazem parte integrante deste instrumento, e liberada obedecendo as normas da IGF/MA.

SUB-CLAUSULA SEGUNDA — Os recursos das unidades executoras do Estado, Departamento de Extensão e Fomento e Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, serão depositados em conta especial do Banco do Estado do Paraná e movimentados pela Secretaria.

CLAUSULA QUINTA — Do Uso de Material da União

Faz parte integrante deste Convênio, durante a sua vigência, o documento que relaciona o material disponível da União a ser utilizado mediante termo de responsabilidade.

CLAUSULA SEXTA — Da Vigência

O prazo de vigência deste Convênio é de dois exercícios financeiros, a partir da sua publicação no "Diário Oficial da União" e seu término no dia 31 de dezembro de 1974.

CLAUSULA SÉTIMA — Das Alterações

Mediante consulta prévia entre as partes convenientes, os Projetos Técnico-Econômicos, que constituem o Programa de Defesa Sanitária Vegetal no Paraná, objeto deste Convênio, poderão ser intensificados, reduzidos ou acrescentados de um ou mais projetos Técnico-Econômicos, de conformidade com as necessidades e interesses mútuos, no campo de Defesa Sanitária Vegetal, através de termos aditivos.

SUB-CLAUSULA ÚNICA — A União e o Estado promoverão gestões para adicionar a este Convênio recursos de entidades nacionais ou internacionais, interessados na proteção sanitária da agricultura do Paraná.

CLAUSULA OITAVA — Da Renovação

Este Convênio poderá ser renovado de comum acordo entre as partes convenientes, adotando-se pela União os indicativos financeiros estabelecidos no Plano Nacional de Desenvolvimento, no período de 1975-1979, referentes a área de atuação abrangida por este instrumento, e pelo Estado os indicativos previstos em seu orçamento plurianual.

CLAUSULA NONA — Da Rescisão

Este Convênio poderá ser rescindido por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas em qualquer época de sua vigência.

CLAUSULA DÉCIMA — Do Foro

Fica eleito o foro da União para dirimir toda e qualquer dúvida que venha a ser suscitada durante a execução deste Convênio.

E para constar como prova de haverem assim convencionado, assinam o presente, em seis vias de igual teor e forma, perante as testemunhas instrumentárias para que produzam seus efeitos jurídicos.

(a) João Palma Moreira — Diretor Estadual

(a) José Cassiano Gomes dos Reis Júnior — Secretário da Agricultura
Testemunhas:
(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 254-68, de autoria do Dep. Silvio Barros, que institui o período escolar rural, nas escolas estaduais ou municipais, do dia 15 de janeiro à 15 de setembro de cada ano, e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.A.I.C. e favorável da C.I.P. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 254-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica instituído o período escolar rural.

Parágrafo Único — nas escolas estaduais ou municipais o ano letivo iniciará no dia 15 de janeiro e terminará no dia 15 de setembro.

Art. 2.º — O período será interrompido no dia 15 de junho ao dia 1.º de julho para as férias escolares.

Art. 3.º — O Conselho Estadual de Educação, procederá a revisão do currículo para atender o disposto no Art. 1.º e seu parágrafo único.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1968.

(a) — Silvio Barros

JUSTIFICATIVA — Tomando por base a apreciação e a aprovação da tese apresentada pelo Legislativo do Estado do Paraná, nas reuniões da SUDESUL, propondo a criação de um período escolar específico para as zonas agrícolas a fim de que seja evitado o alto índice de deserções principalmente nas escolas rurais em decorrência da necessária ajuda da criança nas colheitas, segundo afirmativa do Professor EDSON FRANCO, DD, Secretário Executivo do Ministério de Educação e Cultura, que na oportunidade fazia sua visita a esta Assembléia, anunciando dados estatísticos alarmantes. Finalmente tendo em vista a responsabilidade dos Legislativos na correção das distorções apresentadas no ensino, justificamos nosso Proposição contando com a valiosa colaboração dos Senhores Deputados.